



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000335743

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2357196-78.2024.8.26.0000/50000, da Comarca de Campinas, em que é embargante SILVANA APARECIDA DE ANDRADE BORGES, são embargados BANCO DO BRASIL S/A, BANCO DAYCOVAL S/A, QISTA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A, NU FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, ITAÚ UNIBANCO HOLDING S/A, PICPAY SERVIÇOS S/A, BANCO BRADESCO S/A, BANCO CSF S/A, DM FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, BANCO VOTORANTIM S.A., MERCADO PAGO INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA, BANCO MASTER S/A, AFINZ INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A e ACESSO SOLUÇÕES DE PAGAMENTO S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 12ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Rejeitaram os embargos. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JACOB VALENTE (Presidente) E MARCO PELEGRINI.

São Paulo, 4 de abril de 2025.

CASTRO FIGLIOLIA

relator

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 40084

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 2357196-78.2024.8.26.0000/50000

COMARCA: CAMPINAS – 8ª VARA CÍVEL

EMBARGANTE: SILVANA APARECIDA DE ANDRADE BORGES

EMBARGADO: BANCO DO BRASIL S/A E OUTROS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – acórdão pelo qual, por unanimidade, foi dado provimento ao agravo de instrumento interposto pelo embargado Qista, revogada a tutela de urgência deferida à embargante – inexistência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material no julgado – inconformismo – embargos rejeitados.

Vistos.

Trata-se de embargos de declaração opostos em relação ao acórdão de fls. 91/98 dos autos do agravo de instrumento nº 2357196-78.2024.8.26.0000 pelo qual, por unanimidade, foi dado provimento ao recurso, revogada a tutela de urgência concedida à embargante.

Sustentou a embargante que houve contradição no acórdão com relação ao entendimento majoritário sobre o tema. A uníssona jurisprudência pátria entende pela necessidade do deferimento da tutela em sede liminar, antes da realização da audiência de conciliação, a fim de garantir o mínimo existencial do devedor quando em superendividamento. Por conta do que expôs, pediu o acolhimento dos embargos, com efeito infringente, para o desprovimento do agravo de instrumento.

Recurso tempestivo.

É a síntese necessária.

Os embargos de declaração devem ser rejeitados.

O recurso destacado tem por objetivo aclarar a decisão omissa, obscura ou contraditória, ou ainda corrigir erros materiais, conforme disposto no artigo 1.022 do Código de Processo Civil. É possível conferir-se efeito modificativo ou infringente, desde que a alteração do julgamento decorra da correção dos defeitos.

No caso dos autos, o acórdão não padece de quaisquer dos defeitos indicados na lei, uma vez que foram enfrentadas de forma esmerada as matérias trazidas à apreciação em 2º grau. O resultado, devidamente fundamentado, foi obtido da apreciação harmônica de todas as questões levantadas pelas partes e dos elementos constantes dos autos.

A alegação de contradição com outros julgados não se sustenta. Sabido que a contradição passível de ser sanada pela via escolhida é a interna, entre partes da decisão. Não existe contradição externa, como regra, mas divergência quanto à interpretação de uma dada questão jurídica que demanda outro tipo de recurso – não o escolhido.

Em verdade, não se tem defeito embargável na decisão, mas resultado diverso do pretendido pela embargante. Para a insurgência contra aquilo que não atendeu a pretensão, como dito, a via escolhida não é a adequada, porque se apresenta com caráter estritamente infringente.

Em suma, com as observações feitas acima, tem-se que o acórdão embargado analisou convenientemente a questão, inexistindo qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado.

Como corolário, os embargos de declaração são **rejeitados**.

CASTRO FIGLIOLIA

Relator